

**ENTRE O AUTORAL E A ESCRITA COLETIVA:
A INSCRIÇÃO DE IDENTIDADES SOCIAIS
NOS DISCURSOS PERFORMÁTICOS DA PICHÃO**

Maria Carolina da Silva Araújo (UFOP)

bibliotecadevidro@gmail.com

Kassandra da Silva Muniz (UNICAMP/UFOP)

kassymuniz@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo geral estabelecer relações entre os conceitos de discurso, autoria, identidade e performatividade na prática do uso social da linguagem das pichações urbanas. Nesse sentido, faremos uso dos estudos da Pragmática e, em se tratando de uma reflexão que entende o fazer científico como ferramenta de transformações sociais, os estudos da linguística aplicada. Nosso objeto de análise são as práticas discursivas da pichação, considerando seu contexto social de produção e circulação, bem como os processos de constituição das identidades de quem picha e dos grupos sociais dos quais fazem parte. Para esta investida, nos propomos a analisar as relações entre o ato de pichar e reivindicações identitárias e discursivas de quem o pratica; as motivações que podem levar as pessoas a inscreverem-se de forma pública, em locais proibidos; as relações entre autoria e identidade no contexto da pichação; e, por fim, em que medida é possível perceber o que se inscreve no picho como *ato de fala*.

Palavras-chave: Pichação. Ato de fala. Identidades. Pragmática.

1. Introdução

A pichação é uma prática textual, criminalizada pela Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, própria dos centros urbanos, na qual são inscritas palavras e frases de conteúdo diverso. A prática ocorre em outros países, como nos centros urbanos dos EUA, mas ao chegar ao Brasil, é dicotomizada em picho – tido pela lei como conspurcação – e grafite – autorizado a partir de 1998 como manifestação de arte.

O Brasil é o único país que faz a distinção entre picho e grafite e ela não é muito clara nem mesmo para seus praticantes. Aqueles que praticam a pichação sob um caráter contestatório e politicamente motivado parecem rechaçar o grafite “institucionalmente autorizado”, cujos praticantes, por sua vez, não entendem o grafite institucionalizado como isento de orientação política e crítica. Essa dicotomia, no entanto, vem ficando cada vez mais sutil, pois começa a ser difícil delinear características muito fixas para nomear cada uma das práticas. Medidas como uso ou

não de cores, ou a presença ou não de textos verbais é rompida com frequência pelos próprios praticantes, tornando a materialidade dos pichos e grafites muito variada, e de difícil delimitação. Essa dificuldade pode ser percebida, por exemplo, na definição de “grafite”, dada pela autora Ana Luiza Silva e Souza, em seu livro *Letramentos de Reexistência* (p. 76), na qual o termo poderia perfeitamente ser substituído por “pichação”: “O *graffitti* é um texto multissemiótico, que mescla o verbal e o não verbal com diferentes técnicas e estilos para intencionalmente interferir na paisagem urbana”. (SOUZA, 2011)

Os textos verbais escritos são discursos inscritos, inerentes a identidades de sujeitos sociais, inseridos, por sua vez, em determinados contextos sociais e enunciativos: segundo a perspectiva deste trabalho, não há discurso apartado dos sujeitos que o produzem. Além disso, é possível perceber que os textos pichados não se encerram em sua dimensão verbal: o local onde se picha, o nível de risco ao qual o pichador se expõe, sozinho ou coletivamente, também são passíveis de leitura e análise. Os textos pichados variam, podendo ser absolutamente inteligíveis ao público comum, com conteúdo diverso; ser compostos de símbolos inscritos sem necessariamente conter textos verbais, ou assinaturas com letras ornamentadas que correspondem à autonomação dos sujeitos que escrevem (*tags*) – também muitas vezes ilegíveis para as pessoas que não compreendem sua grafia. A leitura do público comum se atém a tomá-las como vandalismo e depredação, mas essa é apenas uma das leituras possíveis. Se problematizarmos o ato da pichação como reivindicação de espaços discursivos, é possível percebê-lo como vozes, cuja polifonia chama a atenção – mesmo nos casos de mera autonomação: ao assinar não o nome, mas a sua identidade social, o pichador se apropria do discurso para se colocar frente à sociedade e a seus comuns (a pichação em sua maioria é uma prática coletiva).

A pichação, além de seu caráter essencialmente linguístico, dialoga também com a construção de identidades – do pichador e do grupo ao qual pertence, ainda que estas não possuam uma fixidez que as mantenha estáticas para uma análise permanente das situações e maneiras nas quais são produzidas. Dessa forma, para este artigo, buscarei estabelecer caminhos de reflexão sobre as pichações urbanas que não as encerrem em práticas criminosas, mas como manifestações que, enquanto práticas linguísticas e, portanto, discursivas, são passíveis de análise e reflexão.

2. *Uma abordagem sobre nossa perspectiva de língua e linguagem.*

Falar é (...) sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização. (FANON, 2008)

Para refletirmos sobre o objeto de análise deste trabalho, a pichação urbana e as relações sociais e linguísticas que a atravessam, é importante expor, primeiramente, qual perspectiva de linguagem tomo como referência. Segundo Bakhtin (2003), a linguagem é uma atividade multi-forme humana e, ao longo dos estudos da linguagem, tem recebido enfoques bem distintos. Em seu livro *A Inter-ação pela Linguagem*, Ingedore Koch faz um apanhado no qual é possível estabelecer três concepções básicas tomadas como frentes principais a correntes distintas dos estudos linguísticos.

- Linguagem como representação do mundo e do pensamento;
- Linguagem como ferramenta de comunicação;
- Linguagem como lugar de ação e interação.

Nesta última concepção, da qual compartilhamos, passam-se a considerar como parte da linguagem o sujeito, a ação, as situações de interação, os contextos. Cremos que essa relação se dá de forma dialógica (FAIRCLOUGH, 2001) de maneira que percebemos um locutor que não apenas constata o mundo para usar a linguagem como sua representação; ou que usa a linguagem apenas para transmitir ideias, com o final único de se comunicar. O locutor considerado neste trabalho “serve-se da língua para suas necessidades enunciativas concretas”, utilizando as “formas normativas num dado contexto concreto”. Dessa forma, essa perspectiva atenta-se ao uso, à enunciação, à prática discursiva¹⁹, e o seu caráter eminentemente social. (BAKHTIN, 2003, p. 92-109)

A necessidade que nós, seres humanos, temos de nomear para nos relacionar e nos posicionar em relação ao mundo parece intrínseco a nossa própria existência. Porém, a linguagem é um constructo social, bem como os discursos nela inerentes. Assim, se todas as relações sociais são perpassadas pela linguagem, significa que, mesmo para se denominarem ou denominarem o Outro, os sujeitos estão agindo em suas práticas discursivas de forma política, ideológica, socialmente motivada e determi-

¹⁹ O conceito de prática discursiva abordado neste trabalho é concordante com a concepção de Fairclough (2001), quando ele trata prática discursiva como o discurso em *uso*.

nada, suscetíveis, portanto, às questões sociais, filosóficas, ideológicas, e aos contextos nos quais estão inseridos:

No ato de identificar, está pressuposta a nomeação; está implícita a necessidade que temos de nomear, classificar o mundo e as pessoas, antes mesmo que elas existam – no caso dos bebês ainda não nascidos, inscrevendo essa criança, esse homem, essa mulher dentro de uma subjetividade que, ao mesmo tempo que lhe propicia uma existência, a “condena” estar preso a ela. (MUNIZ, 2009)

No texto “Marxismo e Filosofia da linguagem”, Bakhtin também problematiza relevância do contexto, mas aponta certa agência do sujeito sobre a linguagem – e sobre o que a partir dela se determina – quando afirma que “o centro da gravidade da língua não reside na conformidade à norma da forma utilizada, mas na *nova* significação que essa forma *adquire* no contexto” (p. 92). Segundo ele, “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou sentido ideológico e vivencial” (p. 95). No entanto, apesar de sermos concordantes com a possibilidade de agência do sujeito sobre a linguagem, e que as normas sociais a ela impostas são corrompíveis (o que não quer dizer que corrompê-las não possa trazer consequências graves aos sujeitos), a favor de quem caminha a linguagem? Isso porque, se há conflitos sociais e ideológicos, estes vão ser presentificados na linguagem; da mesma forma que, se há os que agem pela linguagem, agem sobre alguém. Assim, quem detém o poder sobre a linguagem? E, se a linguagem é discurso e cada discurso opera em favor de certa cultura, e é inegável que não há uma cultura apenas que agregue a todos/as, onde estão os outros discursos, outras vozes que ignoramos? Essas perguntas não têm respostas definitivas, pois que a linguagem não é, definitivamente, uma ciência exata, mas são inquietações permanentes que nos ajudam a relativizar o papel da linguagem e suas implicações sobre os sujeitos que dela fazem uso.

3. *Quem detém poder sobre a linguagem?*

Ao tomar a pichação como objeto de análise deste artigo, estamos partindo do entendimento de que pichação é uma prática linguística e, portanto, discursiva. Mas se, para nossa perspectiva de análise, a linguagem e o discurso são performativos, isto é, pretendem necessariamente agir sobre o outro (neste caso seu interlocutor)²⁰, passamos a entender

²⁰ O conceito “performatividade” será abordado mais detalhadamente na breve abordagem que farei sobre a *Teoria dos atos de fala*, mais adiante.

que a linguagem e o discurso acabam por ser arena de disputa de poder, afinal, sempre que agimos sobre o outro procuramos fazê-lo em benefício de nós mesmos ou de algo em que acreditamos... Sobre a relação entre poder e linguagem, portanto, não é preciso refletir muito para que fique deflagrada a disputa por espaços discursivos – e por que não dizer políticos: se o discurso é inerente à linguagem, e é fruto de uma determinada cultura (que, em si, é fragmentada), advinda de certo grupo social, e os conflitos sociais são cotidianamente evidentes, é natural que a linguagem seja forte veículo discursivo de manutenção e elevação de determinada cultura em detrimento de outras, silenciadas, dominadas, controladas.

O poder social, o abuso de poder ou o domínio, considerados como relações entre os grupos sociais, afetam de maneira crucial às noções de controle e acesso, quer dizer, o controle dos atos e das consciências de outros em benefício dos próprios interesses, e o acesso privilegiado a recursos sociais apreciados. (VANDIJK, sem data, p. 543)

A grande questão é que, num sistema que considera válida uma única cultura hegemônica, tida como inabalável e concisa, que admite a existência de verdades absolutas, estamos imersos num sistema complexo de dominação linguística. Esse sistema é assegurado, por sua vez, pelos discursos presentes em todas as instituições das quais dependemos socialmente e privilegia uma concepção ocidentalizada de mundo. Essa concepção é mantida sob princípios dicotômicos que separam o mundo em dois lados, aonde um domina e o outro é dominado.

Nesse sentido, as inscrições das pichações suscitam a ideia de discursos inerentes a determinados sujeitos sociais, que parecem reivindicar um espaço discursivo do espaço tomado, antes, pelo Outro: dos discursos autorizados, como as propagandas – comerciais e políticas, outdoors, sinalizações e avisos, também presentes no ambiente das ruas das cidades. Essa ideia de reivindicação de discurso é tratada no artigo “Marginalidade e Exclusão: exclusão e identidade autoral”. Nesse artigo, Schollhammer lida com a problemática de que, muitas vezes as vozes dos grupos subalternizados socialmente são silenciadas. Durante muito tempo, sob um discurso falsamente democrático que dava falsa abertura a essas vozes, aqueles que detêm o espaço discursivo passaram a *falar por elas*, como mediadores, no que o autor aponta como um *modismo*, um caminho mercadológico que beneficiou a muitos, mas que não funcionou em absoluto como promotor de mudanças sociais. Da mesma forma procederam (e ainda procedem) muitas pesquisas acadêmicas que em momento nenhum retornaram suas pesquisas sobre grupos subalternizados para beneficiá-los – mas apenas para satisfazerem uma curiosidade epistemoló-

gica... Há ainda pouco espaço para que, ao menos nos meios acadêmicos, os sujeitos pesquisados sejam também protagonistas das pesquisas das quais são objetos. (SHOLLHAMMER, 2010, p. 167-179). Esse fato vem de uma concepção científica firmada numa pretensa objetividade. Tal concepção não reconhece, que, na verdade, o que está em cheque não é a busca pelo distanciamento do objeto – para uma neutralidade das análises –, mas uma tentativa de manter um olhar parcial e concordante com a estrutura hegemônica da produção de conhecimentos institucionalizada; com a manutenção dos lugares de fala institucionalizados por uma elite intelectual pouco disposta a dividir seus privilégios de detentora de verdades absolutas – que lhes asseguram, por sua vez, sua posição social (PINTO, 2002). Diante desse quadro, a autora indiana Gayatri Spivak²¹ faz uma pergunta perturbadora: e o subalterno, em algum momento, *pode* falar? (SPIVAK, 2008). Ao citar esta autora, Schollhammer nos incita ao combate a essa "presunção ocidental e logocêntrica, mesmo bem intencionada, de poder articular, sem nenhuma violência epistêmica uma solidariedade entre povos despossuídos e subalternos", além de nos alertar sobre

(...) o perigo de querer falar do outro e pelo outro, em vez de falar por si próprios. Para Spivak, os subalternos precisariam se articular para inscrever sua especificidade subalterna dentro de uma identidade cultural dominante e, assim, deixar de ser subordinados. (SHOLLHAMMER, 2010, p. 167)

Dessa forma, o gênero pichação, que pareceria apenas uma inscrição com caráter meramente depredatório, representa indícios dessa reivindicação do discurso de si/sobre si dos sujeitos que de alguma forma estão/sentem-se desprivilegiados socialmente. São as pichações, portanto, ações de linguagem bem além de seu caráter constativo; representam as performatividades das identidades desses sujeitos, sobre as quais as conclusões são sempre provisórias, de identidades fragmentadas, não cartesianas, construídas no e pelo discurso. (HALL, 2011)

Aí se manifesta a opacidade da cultura “popular” – a pedra negra que se opõe à assimilação. O que aí se chama sabedoria, define-as como trampolinagem, palavra que um jogo de palavras associa à acrobacia do saltimbanco e à sua arte de saltar no trampolim, e como trapaçaria, astúcia e esperteza no modo de utilizar ou de driblar os termos dos contratos sociais. (CERTEAU, 1994, p. 79)

²¹ Gayatri Chakravorty Spivak é uma crítica e teórica indiana. É autora do artigo "Can the Subaltern Speak?", considerado um texto fundamental sobre o pós-colonialismo, e tradutora de *Of Grammatology* de Jacques Derrida. Spivak leciona na Columbia University e é membro-visitante do *Centre for Studies in Social Sciences* de Calcutá.

O grafite/pichação aparece como “elemento de expressão de sujeitos discursivos que resistem à linguagem dogmática, a que estabelece apenas um modo “certo” de utilizar a linguagem, o padrão, e buscam legitimar e tomar posse de outros modos de inserção de um mundo letrado”. É, portanto, uma prática de letramento voltada para a

concretude da vida (...) relacionando-se às questões culturais e políticas e visando de alguma maneira, ampliar suas possibilidades em um lugar de crítica, contestação, subversão, no qual, como sujeitos de direitos e produtores de conhecimento, possam forjar espaços e atuar dentro e fora da comunidade em que vivem. (SOUZA, 2011, p. 17)

4. Ato de fala: da teoria de Austin para uma noção performativa da linguagem e das identidades

A abordagem do conceito performatividade, bem como o entendimento de uma linguagem performativa, advém da Teoria dos Atos de Fala desenvolvida por John Austin. Seu enfoque é dado justamente à linguagem e sua propriedade de gerar efeitos em seus interlocutores. Para tanto, Austin separa inicialmente os aspectos constativos e performativos da linguagem, aos quais caberia sua propriedade de, por um lado, ser meramente constativa e de, por outro lado, agir sobre os sujeitos/ fazer os sujeitos agirem:

O enunciado constativo tem, sob o nome de *afirmação* tão querido dos filósofos, a propriedade de ser verdadeiro ou falso. (...) Ao contrário, o enunciado performativo não pode jamais ser nem um nem outro: tem sua própria função, serve para realizar uma ação. (OTTONI, 2008, p. 111)

Ressaltando o aspecto performático da linguagem, Austin destaca três possibilidades de atos de fala:

- Ato locucionário: o que se diz, isto é, o enunciado.
- Ato ilocucionário: intenções que o locutor tem ao proferir certo enunciado;
- Ato perlocucionário: efeitos reais sobre o locutor.

Aos efeitos, o autor também desenvolve em sua teoria condições para que o enunciado seja feliz ou infeliz. A isso está implícita a ideia de que a todo enunciado performático está expresso um desejo do locutor em que se realize certa ação. Às condições de produção, Austin procura certos padrões para as condições de felicidade dos enunciados. Porém essas condições estão sujeitas a limitações de verdade e falsidade desses

enunciados. Por exemplo, em um enunciado simples como “Paulo é bom aluno”: mesmo em uma situação em que Paulo seja realmente bom aluno, trata-se apenas de visão particular de quem produz o enunciado sobre os conceitos do que é ser bom aluno, por exemplo. Essa reflexão se amplia a enunciados mais complexos, e demonstra que mesmo em enunciados aparentemente constativos, as marcas de personalidade de quem os produz bem como o contexto no qual estão inseridos tornam o ato de dizer uma ação.

Em seu livro *How to do things with words*, publicado postumamente, como já alude o próprio título da obra, Austin aponta para essa nova face da linguagem: seu caráter essencialmente performático.

Austin desconstrói com a cisão entre performativo e constativo, defendendo que é uma falácia afirmar que a linguagem pode ser puramente descritiva; segundo ele, estamos sempre no campo da performatividade quando o assunto é linguagem. (MUNIZ, 2009)

Nessa perspectiva, portanto, a linguagem está para além desses limites constativos e comunicativos que tão comumente encontramos imbuídos nos discursos não só do senso comum, mas de uma extensa gama de estudiosos: ainda que nossas práticas discursivas sejam tangenciadas por contextos, relações de poder, relações de alteridade, temos habilidades de interferir sobre elas/por meio delas. Por isso a relevância de uma perspectiva que reconhece o caráter performático da linguagem (AUSTIN, 1976), a qual é utilizada pelos sujeitos não só para interagir, mas para *agir* sobre o outro. Nesse sentido, é essencial, para uma reflexão mais responsável sobre linguagem e nossas práticas discursivas, pensar que nela estão imbuídas disputas de poder, modalidades de controle da liberdade, bem como limitações de acesso. (VAN DIJK, 2008).

O ato de dizer está, portanto, sempre destinado a causar efeitos no interlocutor, como convencer, agradar, alertar. Mas Austin não ignora que há de existir um acordo entre as partes para que se realize a ação que fica subjacente à fala; como há também de existir um desejo implícito em cada ato de fala que não mais pode ser entendida como mera constatação de fatos. A linguagem nessa perspectiva assume papel de relevância na inter-relação entre as pessoas, pois na construção de cada *ato de fala*, estará expresso um desejo: o desejo de que aquele ato tenha efeito, sobre si, sobre o Outro, sobre a realidade na qual o locutor está inserido. Dessa forma, não só a escrita de textos com estruturas linguísticas mais elaboradas, mas a própria autonominação – como uma *tag*, no caso das pichações urbanas – passam a ser fruto de um desejo. Além disso, quando pen-

samos nos sujeitos, e sua interação, podemos perceber que a maneira com a qual estes se definem/se posicionam linguisticamente é politicamente motivada. Isso se agrava quando procuramos definir identidades que nos aproximem ou nos afastem dos objetos do nosso desejo. As identidades, assim, dialogicamente construídas na e pela linguagem se põe também como produtivas e performáticas.

Portanto é inevitável que, ao escrever, ainda que apenas para se (auto) nominar, o sujeito esteja não só identificando a si e ao Outro, mas expressando um desejo de lugar social, de postura ideológica, de conceitos, de visão de mundo, e de onde e como cada indivíduo se entende frente ao Outro, e ao mundo no qual está inserido. A pichação, dessa forma, será um “espaço discursivo” de reivindicação em que os sujeitos impõem suas práticas discursivas em locais nos quais suas vozes não são permitidas.

Esse conceito de “espaço discursivo”, no caso da pichação, ganha uma face física, concreta, a qual é abordada por De Certeau, em seu livro *A invenção do cotidiano*. No capítulo intitulado “Relatos de espaço”, a concepção de que o “espaço é um lugar praticado” (CERTEAU, 1990, p. 202):

Num exame das práticas do dia a dia que articulam essa experiência, a oposição entre “lugar” e “espaço” há de remeter, sobretudo, nos relatos, as duas espécies de determinações por objetos que seriam no fim das contas reduzíveis ao *estar aí* (...) e a outra, por operações que, atribuídas a uma pedra, a uma árvore ou a um ser humano, especificam *espaços* pelas ações de sujeitos históricos. (CERTEAU, 1990, p. 203)

Nesse sentido, é possível abordar a questão da escolha do local a ser pichado é em si parte da prática discursiva exercida pelo sujeito que picha. Como as palavras, a escolha do local também é intrínseca ao *ato de fala*, pois gerará em seus interlocutores (re)ações e leituras bem distintas. As pichações em patrimônios históricos, por exemplo, têm um impacto social muito maior do que as feitas nas periferias, ou áreas de pouca movimentação de pessoas, por exemplo. Assim, as pichações podem ser entendidas como uma das ações de sujeitos históricos abordadas pelo autor. Assim, a pichação se faz como ato desses sujeitos reivindicarem não só visibilidade *física* para suas vozes, mas também condições de existência de suas identidades no mundo, pois que, na maioria das vezes esses sujeitos se encontram em lugares de invisibilidade social, intelectual, econômica em seus contextos particulares.

5. *Entre a autoria e a escrita coletiva*

Muitas vezes o sujeito que picha assimila as noções de vida e mundo compartilhadas por seu grupo: é comum, portanto que o sujeito que picha assinie em nome desse grupo. Nesse sentido, as noções de autoria e agência do sujeito no discurso se estabelecem de forma dialógica com uma voz coletiva (FAIRCLOUGH, 2001). Nela, o sujeito histórico inscreve suas identidades, individualidades, pessoalidades, ainda que flutuantes, em constante transformação: há sem dúvida agência do sujeito, que, apesar de circunscrito pelo caráter polifônico da linguagem e da sociedade na qual está inserido, suas pessoalidades se corporificam no tornar-se voz expressiva em um ambiente público.

A singularidade está nas microrresistências cotidianas ressignificadas na linguagem, na fala, nos gestos, nas roupas... não apenas no conteúdo, mas também nas formas de dizer, o que remete tanto à natureza dialógica da linguagem, como também às proposições dos estudos culturais que revelam que as identidades estão sempre em construção, se dão de forma tensa e contraditória, própria de situações em que estão em disputa lugares socialmente legitimados. (SOUZA, 2011, p. 37)

O “autor”, como nos traz a fala de Bakhtin em *A estética da criação verbal* (p. 11), é constituinte do objeto da escrita: é a sua presença que permite a concomitância do eu-sujeito inscrito; o eu-sujeito social e o eu-sujeito indivíduo (FOUCAULT, 2002, p. 54-55), sendo, portanto, o texto a relação dialógica entre todos esses fatores. Ainda que em um gênero textual sem prestígio, parece inevitável sua expressão enquanto linguagem, em sua dimensão performática, bem como de acordo com a dimensão da linguagem como prática social e de transformação. (FAIRCLOUGH, 2001)

Outra abordagem importante para a reflexão deste trabalho está no texto “A morte do autor”, do livro *O rumor da língua*, de Roland Barthes. Segundo ele, assim que alguém produz um texto e o expõe a um leitor, sua autoria desaparece, pois que, segundo sua visão dialógica, o texto é construído na interlocução, por ambos. A relevância dessa ideia deve-se ao fato de que, ao pichar, o sujeito publiciza sua obra sem ter maneiras de reivindicar publicamente seu ato, pois que ele, em si, é proibido. Isso se relaciona de imediato com a ideia de Barthes, quando ele afirma que a escritura é por si a destruição de toda voz, de toda origem. A essa ideia pode-se entender que, na verdade, o conceito de texto puro, simplesmente não existe: isso porque, a cada discurso, a cada palavra que proferimos, há uma infinidade de outros discursos neles embutidos. Como o autor afirma, basta que um fato seja contado para que a voz perca

sua origem. Rompe-se, portanto, com a ideia de “autor”, como sujeito no qual centralizam-se todas as expectativas sobre o que sua escrita traz; rompe-se também com a imagem corrente de uma literatura que fica tiranizada a este autor, sua pessoa, sua história, gostos, paixões, em um caráter quase de confidência... Barthes defende a ideia de que o texto está para muito além do autor; bem como muito além de uma ação comunicativa encerrada em si mesma, mero registro ou verificação do mundo. Havemos sempre de refletir sobre o caráter performativo da linguagem, e que toda a linguagem é sujeita a uma diversidade de intenções e construções simbólicas socialmente construídas. As pichações são feitas muitas vezes em grupos, distintos entre si, que se reconhecem, reconhecem suas escritas, seus dizeres. Aqueles que estão envolvidos com a prática passam a valorizar não apenas o que se diz, mas aonde, sob quais circunstâncias se diz. Pichar um monumento histórico representa mais a esses sujeitos do que pichar um muro em um local ermo, com poucos riscos. Assim, o lugar em que se escreve é outro texto, que indica outros fatores, tais como o que se pretende dizer/contestar, ou mesmo, sobre quais vozes o autor do picho deseja se impor ou pretende dialogar.

O texto, por sua vez, “é um tecido de citações oriundas de mil focos de cultura” (BARTHES, 2004). Dessa forma, a ideia de decifrá-lo é absolutamente inútil. É possível apenas ir puxando os fios de sentido, as outras vozes que percorrem o texto, sabendo que este labor não chegará nunca a um final concreto, ou uma interpretação “original”. E toda essa pluralidade de ideias, culturas, conceitos, tem apenas um lugar de reunião: o leitor. Assim, a unidade do texto não se faz mais no autor – e nossa ideia sobre esse “sujeito brilhante” que produz o “nunca dito” ou pensado, mas na verdade no próprio leitor, esse sujeito sem história, biografia, esse “alguém” que concentra todos os traços que constituem a escrita.

6. *Conclusão: implicações da pichação como objeto de análise*

A escolha de trabalhar com o corpus *pichação* exige uma quebra de paradigma: exige que se levante os olhos para o que/quem não se deseja ouvir. Feita por sujeitos percebidos como marginais pela própria lei nacional, é um objeto de análise que a muitos sequer desperta interesse. Os sujeitos que picham são considerados por muitos como alienados, e seus escritos, para muitos, ininteligíveis, são esvaziados de qualquer conteúdo de relevância. Isso ocorre principalmente com pichações em que os sujeitos apenas inscrevem suas identidades sociais: afinal, de que interes-

saria a identidade social de um sujeito marginal, que escreve para uma minoria de pessoas interessadas em depredar patrimônios que são tão caros a nossa sociedade? Desse pensamento do senso comum, no entanto, surgem alguns conceitos que, dada sua neutralidade e pretensa estabilidade semântica, apagam outras possibilidades de interpretação das pichações urbanas.

O primeiro que destaco é o conceito *marginalidade*, atribuído aos que vão de encontro às concepções de legalidade, verdade, legitimidade. Os responsáveis por grande parte das pichações urbanas são sujeitos que, de alguma forma, se encontram fora do padrão institucionalizado; em seguida, o fato de que a *autonomeação* não está isenta de um potencial de ação, e não é (como nenhuma nomeação) apartada de um posicionamento politicamente motivado. Nomear-se, no caso das pichações, é no mínimo reivindicar para si o direito de manifestar-se, de ser ouvido ou mesmo de se fazer existir em contextos de apagamento e subalternidade. Por fim, o conceito de *patrimônio*: muitos pichadores questionam o pouco investimento nas periferias em detrimento do grande investimento feito a patrimônios materiais, por exemplo; ou entendem a pichação como resposta a imposição espacial das construções de prédios, muros, dos grupos sociais privilegiados. Independente de seus posicionamentos, a pichação, enquanto prática discursiva, é uma resposta – e neste caso, uma resposta consciente – a uma ideia de sociedade em equilíbrio, justa, democrática; à noção de uma pretensa mobilidade social; é uma crítica a uma linguagem falsamente homogênea, natural. O gênero da pichação, antes de uma leitura essencialmente moralizante, ao menos deve ser percebido como indício de que há algo interdito, não-dito, silenciado em nossa sociedade: é, dessa forma, um caminho para que possamos ler nossa sociedade com novas lentes que nos aprimorem a visão, para que consigamos enxergar as rachaduras de uma sociedade em crise, de sujeitos e identidades em crise, atravessados por toda sorte de discriminações e controle. Por fim, para, quem sabe, promover verdadeiras mudanças sociais em busca de igualdades de direito e acesso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, J. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BRASSAI, Georges. *Guia ilustrado de Graffiti e Quadrinhos*, 2004.

DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília. Universidade de Brasília, 2001.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba, 2008.

HALL, Stuart. *Da diáspora*. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Vozes, 2011.

Guia ilustrado de graffiti e quadrinhos. Belo Horizonte: Graffiti, 2004.

KOCH, Ingedore. *A (inter)ação pela linguagem*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

MUNIZ, Kassandra da Silva. Sobre política linguística ou política na linguística: identificação estratégica e negritude. In: FREITAS, Alice Cunha de. (Org.). *Linguagem e exclusão*. Uberlândia: Edufu, 2010.

OTTONI, Paulo. *Visão performativa da linguagem*. Campinas: UNICAMP, 1998.

PINTO, Joana Plaza. *Estilizações de gênero em discurso sobre linguagem*. Campinas: UNICAMP, 2002.

RAJAGOPALAN, K. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora de uma reconsideração radical? Trad.: Almiro Pisetta. In: SIGNORINI, I. (Org.). *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

SHOLLHAMMER, Karl Erick. Marginalidade, exclusão e identidade autoral. In: LOPES, Luiz Paulo; BASTOS, Liliansa Cabral. (Org.). *Para além da identidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 167-179.

SOUSA, Ana Lúcia Silva. *Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, HIP-HOP*. São Paulo: Parábola, 2011.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

VANDIRK, Teun. Discurso, poder e acesso. In: _____. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.